

Gênero, sexualidade e escola: contribuições da teorização de Foucault

*Helma de Melo Cardoso**

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a contribuição da teorização de Michel Foucault para a discussão sobre gênero, sexualidade e educação. A teorização foucaultiana busca por problematização e não por respostas e generalizações. Assim um exercício necessário é o da desnaturalização, perceber que as coisas não existem desde sempre. Essa percepção de produção de verdade e de sua naturalização de forma que acreditemos que são “reais” e que não tiveram um início é bastante utilizada pelos estudos de gênero e sexualidade, pois nesta área existem discursos que se entrecruzam para produzir verdades para exclusão de corpos. Há um processo de produção de mecanismos de normalização, onde há a separação de indivíduos “normais” e “anormais”. E a escola é uma dessas instituições que atuam para a produção do sujeito moderno, do sujeito normalizado, a partir dos procedimentos disciplinares presentes nela.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Sexualidade; Teorização foucaultiana.

* Doutoranda em Educação pela Universidade federal de Sergipe (UFS), psicóloga do Colégio de Aplicação/UFS. E-mail: helma.2010@hotmail.com.

Gender, sexuality and education: contributions of Foucault's theorization

Abstract:

This article has as main objective to reflect about the contribution of Michel Foucault to the discussion about gender, sexuality, and education. The Foucaultian theorization search for discussing and not for answers and generalizations. So a necessary exercise is a denaturing exercise, it's necessary to realize that things haven't been existing since always. This perception of truth production and its naturalization by the manner we think are real and they didn't have a beginning is rather used by gender and sexuality studies, since in this field there are so many discourses which tangle themselves to create truths to the exclusion of the bodies. There is the mechanism of the production process and regulation, where there is the separation of "regular" individuals and the "abnormals" one. The school is one of this institution that acts to the production of the modern subject, the normalized subject, from the disciplinary proceedings present in it.

Keywords: Education; Gender; Sexuality; Foucaultian theorization.

Género, sexualidad y escuela: contribuciones de la teorización de Foucault

Resumen:

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la contribución de la teorización de Michel Foucault a la discusión sobre género, sexualidad y educación. La teorización foucaultiana busca por problematización y no por respuestas y generalizaciones. Así un ejercicio necesario es el de la desnaturalización, percibir que las cosas no existen desde siempre. Esta percepción de producción de verdad y de su naturalización de forma que creemos que son "reales" y que no tuvieron un inicio es bastante utilizada por los estudios de género y sexualidad, pues en esta área existen discursos que se entrecruzan para producir verdades para exclusión de cuerpos. Hay un proceso de producción de mecanismos de normalización, donde hay la separación de individuos "normales" y "anormales". Y la escuela es una de esas instituciones que actúan para la producción del sujeto moderno, del sujeto normalizado, a partir de los procedimientos disciplinarios presentes en ella.

Palabras clave: Género; la sexualidad; la educación; Teorización foucaultiana.



Introdução

Este artigo tem como objetivo trazer as contribuições de Foucault para as discussões de gênero, sexualidade e educação. Mesmo sabendo que Foucault não produziu nenhuma obra visando discutir sobre educação com exceção de Vigiar e Punir (1975), onde analisou o regime disciplinar de algumas instituições, incluindo a escola. Seus conceitos e teorias vêm sendo utilizados largamente para discutir a educação, mas não num sentido salvacionista, que traria a solução aos grandes problemas da educação brasileira, mas como um problematizador, ou ainda, como diria Veiga-Neto (2007) um catalisador para o pensamento e ações. Haja vista que ele próprio nunca teve pretensão de produzir uma teoria-modelo. Seu pensamento vem sendo utilizado em diversas áreas, pois oferece uma perspectiva diferente para analisar o homem e a sociedade, principalmente porque, segundo Resende (2011) seu olhar não está preocupado com o que é essência, núcleo ou centro, mas em evidenciar as margens, os desvios, na emergência de novos contornos da vida social.

Foucault instaurou uma discursividade, pois produziu um novo campo de investigação e de enunciação de discursos. Quando um autor instaura uma nova discursividade “vê-se um movimento de reatualização, de renovação, de reativação dos discursos” (GALLO, 2014, p.1), A partir daí novos discursos são produzidos, que geralmente guardam relação com o original.

Cabe esclarecer que não podemos falar em teorias foucaultianas, mas em teorizações, no sentido de que a palavra teoria nos remete a um corpo de “proposições logicamente encadeadas, que querem ser abrangentes, amplas e unificar tanto determinadas visões de mundo, quanto maneiras de operar nele e de modificá-lo” (VEIGA-NETO, 2007, p. 18), esse com certeza não era o objetivo de Foucault. Sendo essa uma das características que aproxima suas teorizações do pensamento pós-estruturalista, que se diferencia de outras vertentes utilizadas em educação que têm a preocupação de trazer soluções, saídas e propostas para problemas, colocando-se na posição de quem tudo sabe. Isso porque existem outras formas de escrever e pesquisar, sem, necessariamente, buscar um ponto em comum, um consenso. Pode-se buscar pela problematização, pelo questionamento. Ambas são formas de se posicionar, não existe a mais correta, trata-se de escolha. Na segunda opção, admitem-se a incerteza, as dúvidas, propõe-se a superação da contradição, no lugar de “isso ou aquilo”, pode-se empregar “o isso e aquilo”, ou seja, experimentar a pluralidade. Além disso, busca-se abandonar as generalizações e valorizar o local e o caso particular (PARAÍSO; MEYER, 2012, p.17).

Na teoria pós-estruturalista não se buscam por “verdades”, visto que estas são apenas “regimes de verdade”, ou seja, discursos que circulam na sociedade como verdadeiros (FOUCAULT, 2015).

Por causa dessas características que Veiga Neto (2007, p. 19) nos situa sobre a aplicação do pensamento foucaultiano na educação, esclarecendo que ele não pode ser relacionado a toda e qualquer problema de investigação, pois não há espaço para meta-narrativas e nem para investigações que utilizem conceitos como “natureza humana” e para generalizações.

Assim, se quisermos adotar uma perspectiva foucaultiana, não devemos partir de conceitos, nem devemos nos preocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros



em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura – uma suposição que não faz o mínimo sentido nesta perspectiva. Muito mais interessante e produtivo é perguntarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras.

Nessa perspectiva também não se está em busca de respostas, mas de questionar as realidades, tecer críticas, inclusive às suas próprias teorizações, numa permanente desconstrução e estranhamento dos acontecimentos, por isso se diz que a crítica foucaultiana não tem intenção de criar teorias salvacionistas tão comuns em discursos pedagógicos, mas exercitar a suspeita visto que a verdade é produzida a partir de diversas coerções e efeitos regulamentados de poder (FOUCAULT, 2015). Assim um exercício que podemos fazer é o da desnaturalização, perceber que as coisas não existem desde sempre.

Essa percepção de produção de verdade e de sua naturalização de forma que acreditamos que são “reais” e que existem desde sempre é bastante utilizada pelos estudos de gênero e sexualidade, pois nesta área existem discursos que se entrecruzam para produzir verdades para exclusão de corpos. Há um processo de produção de mecanismos de normalização, onde há a separação de indivíduos “normais” e “anormais”. E a escola é uma dessas instituições que atuam para a produção do sujeito moderno, do sujeito normalizado, a partir dos procedimentos disciplinares presentes nela.

Esse poder tem suas especificidades, destinado ao controle dos corpos dos indivíduos, por meio de mecanismos de controle, chamado poder disciplinar por Foucault. É uma modalidade de poder que não atua do exterior, mas no corpo dos homens, manipulando seus elementos, produzindo seu comportamento, ou seja, fabricando um tipo de homem para o bom funcionamento da sociedade industrial capitalista.

Poder e dispositivo de sexualidade

Utilizar Foucault para compreender o poder nas relações de gênero e sexualidade gerou diversos debates no movimento feminista e entre estudiosas de gênero, pois que ele retrata em suas análises uma nova concepção de poder, desvinculada daquela que defende que apenas uma parcela da população o possui ou mesmo um ente, no caso o Estado. O estudioso ou estudiosa não parte de uma teoria geral do poder, mas o compreende como relação que se esparrama como teia na vida cotidiana, ninguém está destituído dele, daí a compreensão de que o poder está nas relações. Como afirma Louro (1997, p. 39):

No contexto desse referencial teórico, fica extremamente problemático aceitar que um polo tem poder – estavelmente – e outro, não. Em vez disso, deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e tem efeitos sobre suas ações. Torna-se central pensar no exercício do poder; exercício que se constitui por manobras, técnicas, disposições, as quais são por sua vez, resistidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas. É importante notar que, na concepção de Foucault, o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir [...].



Foucault (1999, p. 289) esclarece que na segunda metade do século XVIII surge outra tecnologia de poder diferente da disciplinar, porém não exclui esta, mas a integra, a modifica parcialmente, contudo não é a mesma disciplina, se incrusta naquela, porém tendo outro suporte, contanto com diferentes elementos e instrumentos que auxiliam seu exercício, além de ser “diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo [...] ela se dirige não ao homem corpo, mas [...] ao homem espécie”.

Cabe ressaltar que o poder do qual Foucault trata não é o trazido nas teorias simples, a que ele chama de jurídico-discursivo, e sobre o qual se teoriza essencialmente a repressão do sexo, que seria um poder pobre de recursos e repetitivo, pois apenas serviria para colocar limites sem capacidade de produzir e se reinventar. Com relação ao sexo esse poder apresentaria sempre uma relação negativa de rejeição; reduziria o sexo a uma relação binária de certo e errado e o dominaria através do ato discursivo; seria como uma lei de proibição “não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças [...]” (FOUCAULT, 2014a, p. 92); esse poder agiria de maneira uniforme em todas as instâncias, do estado à família, utilizando a noção de lícito e ilícito do direito, seria uma lei que transforma o sujeito em sujeitoado.

Por que então nossa sociedade aceita essa concepção de poder, que é só interdição? Porque só mesmo ocultando uma parte de si o poder se torna tolerável e seu sucesso depende do quanto de seus mecanismos consegue mascarar. Porém para compreendermos a analítica do poder precisamos nos desgarrar dessa noção de poder-lei derivado do direito. A ideia básica do autor é que as relações de poder não ocorrem no nível do direito nem da violência e não é unicamente repressivo e que o capitalismo não conseguiria se manter baseado unicamente na repressão. O poder tem um efeito produtivo e seu alvo é o corpo, mas não para mutilar, mas para adestrá-lo. E o que faz o com que ele seja aceito é o simples fato de que ele não pesa como uma força que interdita, mas também produz discurso e saber, no dizer de Foucault (2015, p. 239):

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber.

Vale esclarecer que Foucault não está tratando do “Poder”, aquele do Estado ou de um soberano que sujeitam seus cidadãos, pois estas seriam suas formas finais. Não existe um ponto inicial do poder, pois o poder emana de toda parte e não tem nada de permanente e recorrente, mas não significa dizer que é resultado de escolhas individuais, nem de grupos que governam. Ele encadeia-se ente si, formando uma rede de invocações e propagações, encontrando em toda parte condição e apoio e transformando-se num conjunto.

Quanto aos discursos de verdade produzidos sobre o sexo devemos pensar em quatro regras: a primeira seria a regra da imanência que seria pensar que a sexualidade se constituiu como objeto de saber a partir de relações de poder que estabeleceram como possível e partiu de focos locais de poder-saber como as relações entre “penitente e confessor, [...] da mesma forma o corpo da criança vigiada, [...] todos atentos às mínimas manifestações de seu sexo [...]” (FOUCAULT, 2014a, p. 107).



A segunda, regra das variações contínuas, consiste em não focalizar em quem tem o poder e quem é mantido na ignorância, mas sim na busca dos esquemas de transformações sofridas pelas correlações de forças, como por exemplo, a inversão sofrida pela relação entre a sexualidade da criança, que no século XIX era formado por pai, mãe, educador e médico, composta por conselhos e ameaças futuras, para uma relação entre o psiquiatra e a criança onde a sexualidade do adulto foi posta em questão.

Na regra do duplo condicionamento, prevalece um esquema onde há a transformação, por encadeamentos sucessivos, do focal local no global, assim como os efeitos globais precisa de apoio nas relações locais, mas sem comportar descontinuidades, mas não devemos pensar o local e o global como duas instâncias descontínuas nem homogêneas. Desta forma o pai não seria o representante do rei e este não seria uma projeção do pai, mas estas instâncias se retroalimentam.

E a quarta regra, polivalência tática dos discursos, nessa regra não podemos conceber o discurso sobre o sexo como o “admitido” e o “excluído”, mas “como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes” (FOUCAULT, 2014a, p. 110). O discurso tanto dissemina o poder, como também pode miná-lo. Por exemplo, os textos antigos sobre sodomia produziram duas reações: as penas severas de fogueira no século XVIII, sem protestos e, por outro lado uma tolerância de certos testemunhos nas sociedades masculinas no exército e na corte. Mais tarde, no séc. XIX, com o aparecimento da homossexualidade nos tratados psiquiátricos, no direito e na literatura, possibilitou o surgimento de um discurso de reação. Ou seja, não existe um discurso de poder de um lado e um que se contrapõe de outro, assim podem existir discursos diferentes dentro de uma mesma estratégia de poder ou podem circular em estratégias opostas, discursos semelhantes.

É importante frisar que não existe um modelo único de sexualidade para todas as sociedades, cada uma produz seu regime de verdade, ou seja, discursos que funcionam como verdadeiros, mas podemos distinguir quatro dispositivos de saber e poder a respeito do sexo que surgiram a partir do século XVIII: histerização do corpo da mulher; pedagogização do corpo da criança; socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso. Estes dispositivos produziram estratégias que acabaram por constituir o “*dispositivo da sexualidade*” que é um dispositivo histórico que engloba “estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2014a, p. 115), e ainda em Foucault (2015, p. 364):

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

O autor acrescenta que anterior ao dispositivo da sexualidade formou-se o dispositivo da aliança, nele estão previstos o sistema de matrimônio, os parentescos, transmissão de nomes e de bens. Porém este dispositivo perdeu importância, a partir do século XVIII



quando os processos econômicos e políticos não encontraram nele um apoio adequado aos seus objetivos. O dispositivo da aliança, diferentemente do dispositivo da sexualidade, define o permitido e o proibido; é interessante a união entre parceiros com *status* definidos; se articula com economia tem importante papel na transmissão das riquezas e seu momento decisivo é a reprodução.

No dispositivo de sexualidade, diferentemente do anterior, funciona com técnicas polimorfos e móveis; o pertinente são as sensações do corpo e a qualidade dos prazeres; se liga à economia por inúmeras articulações sutis, sendo o corpo que produz e consome; enfim “tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2014a, p. 116). Não podemos dizer que o dispositivo da sexualidade substituiu o da aliança, mas que foi entorno da aliança que o dispositivo de sexualidade se instalou e agora o sustenta.

O dispositivo de sexualidade surgiu nas camadas privilegiadas que buscavam auto-afirmação com o uso da verdade sobre seu sexo e depois difundido pelo resto do corpo social, para controle da natalidade e moralização das camadas populares. Este dispositivo ganhou força ao longo dos séculos XVII e XVIII com o desenvolvimento, na sociedade ocidental, das relações de poder, em seus diversos níveis.

O conceito de dispositivo, como trabalhado por Foucault, poder ser resumido como um conjunto de linhas que atravessam o sujeito e a sociedade, linhas de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, de ruptura que se enlaçam, se misturam e transformam o dispositivo. Que não é estável e está em constante transformação.

Mesmo os grandes movimentos de liberação sexual, para Foucault (2015) partem deste dispositivo, mas acabam por ultrapassá-lo e superá-lo. Como o caso da homossexualidade, por exemplo, por volta de 1870 a medicina passou a tomá-la como objeto, antes eram percebidos como pervertidos e delinquentes passaram a ser tratados como doentes, eram os “doentes do extinto sexual”. Então foi a partir desse momento que os próprios homossexuais, assumindo sua condição sexual, dentro da imposição do dispositivo, tomaram pra si o discurso sobre si mesmos: “E somos assim, sejamos assim e, se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês.” (FOUCAULT, 2015, p. 351).

Em verdade, Foucault utiliza essa mesma lógica também com relação às mulheres. Que por longo período foram subjugadas por seu sexo, acrescentando, pela medicina, a fragilidade e no século XVIII, passaram a ser objeto também da medicina. Os movimentos feministas aceitaram o desafio de se tornar em seu sexo e tomaram o discurso sobre si para si, demonstrando suas singularidades e reinventando a própria existência nas mais diversas esferas da vida. Ou seja, mesmo os movimentos de subversão de espaço, que conquistaram direitos e voz surgiram dentro do dispositivo de sexualidade e buscaram ultrapassá-lo.

Essas resistências ao poder do dispositivo não são concebidas como uma substância anterior ao poder, elas coexistem e são como o poder, também inventivas e produtivas, de outro modo não poderia ultrapassá-lo. Assim é que Foucault (2015) relata, onde há relações de poder, existe a possibilidade de resistência. Isso porque o poder não nos aprisiona, poderemos sempre modificá-lo, sob determinadas condições e estratégias.



Para Foucault (2014a) a partir do século XVIII o sexo passou a ser focalizado nos discursos e ao contrário do que se pensa, o sexo na Idade Moderna não ficou na obscuridade. Se podia falar, e muito, sobre sexualidade, mas somente para normatizá-la e proibi-la. O autor entende que o importante é reconhecer de onde vem essa fala e quem fala e pontos de vista de que se fala. No século XVIII o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser focalizado e as práticas sexuais eram regidas pelo direito canônico. Todas as distorções sexuais, antes reprimidas pela lei passaram para o controle da Medicina e no século XIX os psiquiatras a batizaram com nomes, “os exibicionistas de Laséque, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zoerastas de Krafft-Ebing, os automonossexualistas de Rohleder 8...”. (FOUCAULT, 2014a, p. 48). A medicalização da sexualidade, tratada como uma disfunção orgânica, tornou mais eficaz o controle, mas também produziu outro efeito, trabalhou como mecanismo de dupla incitação: prazer e poder.

Foucault (2015) questiona porque o sexo, numa sociedade como a nossa, não é somente o fato simples da reprodução da espécie? Ou algo que simplesmente lhe dê prazer? A verdade é que depois do Cristianismo, o homem só poderia conhecer a si mesmo através de sua sexualidade, para o autor o sexo é onde se aloja a verdade do ser humano.

As formas de lidar com o discurso sexual no ocidente desenvolveram-se de forma diferenciada do oriente, neste último desenvolveu-se o *ars erótica*, onde a verdade é extraída do prazer “encarado como prática e recolhida como experiência” (FOUCAULT, 2014a, p. 64), a qual é extraída do próprio prazer e busca-se o domínio absoluto do corpo e o gozo excepcional; e a *scientia sexualis*, no ocidente, onde o procedimento da confissão se instaurou. No ocidente vivemos sob o julgo da confissão desde a Idade Média que se tornou o ritual mais importante de produção de verdade. A confissão pode ser entendida pelo procedimento pelo qual o sujeito é incentivado a produzir discurso de verdade sobre sua sexualidade que é capaz de produzir efeitos sobre o próprio sujeito. Foucault (2014a, p. 68) acrescenta que:

É preciso estar muito iludido com esse ardil interno da confissão para atribuir à censura, à interdição de dizer e de pensar, um papel fundamental; é necessária uma representação muito invertida do poder para nos fazer acreditar que é de liberdade que nos falamos todas essas vezes que há tanto tempo, em nossa civilização, ruminam a formidável injunção de devermos dizer o que somos, o que fazemos, o que recordamos e o que foi esquecido, o que escondemos e o que se oculta, o que não pensamos inadvertidamente.

Toda essa insistência sobre os segredos não se constituiu somente numa forma de proibir o sexo ou de afastá-lo da consciência, foi também um modo de colocar a sexualidade no foco da existência e de “ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso” (FOUCAULT, 2015, p. 345).

Assim, para o autor, ao contrário do que é dito, a sociedade burguesa ocidental não proibiu o discurso sobre o sexo, ao contrário, incentivou-o a partir da formulação de sua “verdade regulada”, instaurando um aparelho capaz de produzir discursos verdadeiros sobre ele. Para Foucault (2014b) muitos aspectos relacionados à sexualidade são oriundos da herança naturalista e científica do século XIX, inclusive o termo sexualidade sur-

ge somente no início do século XIX. E o mais importante do que perceber o que pode ou não ser dito é atentar para as formas como são distribuídos os que podem e os que não podem falar. Os discursos de sexualidade são muitos, entrecruzados, hierarquizados e articulados em torno de relações de poder.

Em *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*, Foucault (2014b) estuda a história da sexualidade na Grécia onde as práticas sexuais não eram divididas em tipos (homossexuais e heterossexuais), os homens demonstravam suas preferências por rapazes ou moças sem serem estigmatizados, eram apenas encarados como maneiras diferentes de ter prazer. Por exemplo, a relação entre homens era permitida, desde que seguisse algumas regras, a relação deveria ser regulada pelo mais velho (o conquistador), nunca o contrário, qualquer alteração nas regras poderia acarretar em punição.

Foucault desenvolve então, não uma teoria, mas uma analítica de poder, de onde se infere que a sexualidade é formada por relações de poder. Afirma ainda que não existe uma verdade sobre a sexualidade, mas discursos sobre sexualidade que circulam como verdades. Falou também da existência de três códigos que regularam a sexualidade durante o século XVIII, estabelecendo o lícito e o ilícito: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Foucault (2014a, p. 41):

Todos estavam centrados nas relações matrimoniais: o dever conjugal, a capacidade de desempenhá-lo, a forma pela qual era cumprido, as exigências e as violências que o acompanhavam, as carícias inúteis ou indevidas às quais servia de pretexto, sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril, os momentos em que era solicitado (períodos perigosos da gravidez e da amamentação, tempos proibidos da Quaresma ou das abstinências) sua frequência ou raridade: era sobretudo isso que estava saturado de prescrições. O sexo dos cônjuges era carregado de regras e recomendações. A relação matrimonial era o foco mais intenso das constrições; era, sobretudo dela que se falava; mais do que qualquer outra, tinha que ser confessada em detalhes. Estava sob estreita vigilância: se estivesse em falta, isso tinha que ser mostrado e demonstrado diante de testemunha. O “resto” permanecia muito mais confuso: atentemos para a incerteza do *status* da “sodomia” ou a indiferença diante da sexualidade das crianças.

Nesse período, Foucault (2014a) relata que aparece todo um conjunto de práticas consideradas anormais: enganar a mulher, violar cadáveres sexualmente, casar com parentes próximos, sodomia e outros. Surge toda uma sexualidade periférica que passa a ser campo da medicina e do direito. Acrescenta ainda que, a partir do século XIX, os códigos legais atenuam sua severidade com relação as práticas marginais e a medicina para atuar como reguladora inventando uma “patologia orgânica, funcional ou mental, originadas das práticas sexuais ‘incompletas’” (FOUCAULT, 2014a, p. 45).

Assim, segundo Souza (2009) a medicina produz um discurso que servirá de alicerce e sinônimo de verdade sobre a sexualidade e o próprio direito se utilizará da medicina como subsídio para justificar seus atos reguladores do comportamento sexual da sociedade. Mas vale ressaltar que ambos não são conhecimentos neutros, são manifestações dos valores e crenças constituídos à época sobre o tema.

Para Foucault, durante o século XIX, o sexo instaurou-se em dois campos de saber: a medicina do sexo que obedecia a diversas regras e a biologia da reprodução desenvolvi-



da sob a normalidade científica. Surge aí “essa imensa vontade de saber que sustentou a instituição do discurso científico do ocidente” sobre o sexo (FOUCAULT, 2014a, p. 61).

Quanto à diferença entre homens e mulheres Foucault (2015) esclarece que até o século XIX as diferenças eram pequenas, mas que no século XVIII o sexo era um problema masculino e a disciplina do sexo era posta em prática em escolas de meninos e colégios militares. Mais tarde a mulher começou a ser focalizada e adquirir importância médico-social, por causa dos problemas decorrentes da maternidade, a masturbação feminina entrou em cena.

Assim a sexualidade não é um dado da natureza, mas um dispositivo histórico, uma rede entrelaçada por uma união de práticas, discursos, métodos de estimulação dos corpos e dos prazeres. O dispositivo da sexualidade surgiu como forma de afirmação da burguesia que não anulou nem desqualificou seu corpo, afinal sua supremacia dependia não só da exploração econômica, mas também da dominação física, visto que uma das formas de consciência de classe é a afirmação do corpo. Assim a hipótese de Foucault é que o surgimento da ciência do sujeito é parte integrante do dispositivo de sexualidade, que abriu possibilidade de infiltração do poder em aspectos particulares e íntimos da vida.

Relações de gênero e sexualidade na escola

Segundo Miskolci (2007), o dispositivo da sexualidade recebeu o nome de heteronormatividade nas teorias pós-estruturalistas, que se refere a um conjunto de determinações que regulamentam a prática, os atos e os desejos, baseado num modelo que objetiva à reprodução da espécie, o modelo heterossexual. Segundo Miskolci (2009, p. 156-157) o autor a heteronormatividade:

[...] é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto [...] que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade.

A escola como espaço social também é um local onde circulam esses discursos hegemônicos quanto às questões ligadas à sexualidade como a lógica do binarismo dos corpos: homem-mulher, onde tudo que se afasta do modelo é considerado anormal e são reprimidas; as práticas “anormais”, como a homossexualidade, são colocadas à margem na escola. Para Louro (2008), o discurso heteronormativo tem funcionado como regulador da sexualidade, mostrando que, apesar da presença cada vez maior da diversidade sexual nos diversos âmbitos sociais, inclusive na escola, o discurso de normalidade permanece, incluindo determinados sujeitos e excluindo outros.

As marcas do corpo escolarizado são visíveis, pois como explica a autora, é um corpo que pode ficar disciplinado, sentado, por horas, assistindo a aula, diariamente. Esse corpo escolarizado está submetido às tecnologias de poder e aos efeitos das estratégias que lhe são impressas. Nesse contexto os corpos são materialidade do poder, principalmente por serem significados, ressignificados, construídos e reconstruídos pela cultura. Sobre as tecnologias infringidas ao corpo, Louro (2010, p. 14) acrescenta: “De qualquer forma,

investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos”. Os sentidos no ser humano foram treinados para perceber as marcas e classificar os sujeitos pela forma como se apresentam corporalmente, pelas formas como se expressam e pelos gestos e comportamentos.

Antes de nascer, a descoberta de que a criança é um menino ou uma menina já determina todo um processo de se constituir um corpo feminino ou masculino, assim “[...] afirma-se e reitera-se uma sequência de muitos modos já consagrada, a sequência sexo-gênero-sexualidade” (LOURO, 2015, p. 15). Sob essa lógica, supõe-se que o sexo determina o gênero e necessariamente a sexualidade, e, dessa forma, todo um trabalho insistente é posto em prática para inscrever feminilidade ou masculinidade nos corpos. Quando essas normas são contrariadas a homo/transfobia entra em cena, desencadeada pelas tecnologias do discurso, como um medo da desestabilização da realidade trazida pelas pessoas que não se encaixam na norma sexo-gênero-sexualidade, ou seja, as pessoas que não vivenciam o gênero complementando a lógica macho/pênis e fêmea/vulva.

E a norma, segundo Foucault (2010) não é um princípio, nem mesmo de inteligibilidade, mas um elemento onde o exercício de poder se funda e se legitima. Mas não quer dizer com isso que a norma tenha por função a exclusão ou rejeição, ao contrário, tem uma ligação com uma técnica positiva. Assim como para o conceito de poder, Foucault (2010, p. 41), não considera a norma um mecanismo negativo de repressão e considera um erro metodológico concebê-la como um mecanismo essencialmente negativo e completa,

O que o século XVIII instaurou mediante o sistema de “disciplina para normalização”, mediante o sistema de “disciplina-normalização”, parece-me ser um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo – a repressão só figura a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais relativamente a esse poder, mecanismos que fabricam, mecanismos que criam, mecanismos que produzem.

O autor conclui que a disciplina e a normalização instituíram um poder que não está ligado ao desconhecimento, ao contrário, só funciona a partir da formação de um saber. Vai então se referir sempre a um poder numa concepção positiva e que foi a partir dele que tentou se praticar a normalização na sexualidade.

Nesse processo de normalização do gênero várias são as instituições responsáveis pela manutenção de culturas hegemônicas na sociedade, com destaque para a escola, local em que as normas, algumas vezes implícitas, de se constituírem homens e mulheres são naturalizadas nas práticas educacionais, segundo as quais tudo que se afasta do modelo é considerado anormal; dessa forma, as práticas “anormais”, como a homossexualidade e a transexualidade, vão sendo colocadas à margem na escola. Para Louro (2008), o discurso heteronormativo, ou seja, a obrigatoriedade da norma heterossexual tem funcionado como regulador da sexualidade, mostrando que, apesar da presença cada vez maior da diversidade sexual nos variados cenários sociais, inclusive na escola, o discurso de normalidade permanece, incluindo determinados sujeitos e excluindo outros.

Foucault (2014a), ao refletir sobre a sutileza do poder, contribui para pensar a respeito da reprodução dos saberes sobre a sexualidade, sua normalização, principalmente



no ambiente escolar, trazendo reflexos para o campo educacional, porque as relações de poder são determinantes para a disseminação dessa normalização.

O maior desafio da nova realidade não é somente admitir que os esquemas binários para explicação do gênero e sexualidade já não servem mais, mas também perceber que as posições de gênero e sexualidades são múltiplas, as fronteiras estão sendo constantemente ultrapassadas e mais, que a forma de ser de alguns sujeitos é justamente a fronteira.

Os corpos trans, ou corpos em fronteira, são corpos rejeitados pela escola, justamente porque não buscam o enquadramento nem aceitação, mas romper com a lógica dominante de uma identidade normal (LOURO, 2010). Mas, a afirmação desses grupos é muito desestabilizadora porque opera fora da norma.

Louro (2010) acredita que essa apresentação diferenciada se faz como uma importante crítica às convenções de sociedade contemporânea, que vem para problematizar; e o fato que deve interessar é que eles são também integrantes da mesma sociedade e o dever mínimo é lhes prestar atenção. A autora propõe que se deixe de pensar as práticas desses sujeitos como problema, mas pensar num momento em que a lógica binária não funciona mais, pensar num tempo de multiplicidades de sujeitos, abandonando o discurso que hierarquiza e marginaliza.

Ao mesmo tempo em que, quem atravessa, subverte ou desafia a fronteira do gênero, muitas vezes, utiliza a ironia e os exageros até como forma de evidenciar a arbitrariedade das normas regulatórias de gênero, mostrando seu caráter inventado e cultural, assim para essas “[...] fronteiras constantemente vigiadas dos gêneros e da sexualidade, a crítica paródica pode ser profundamente subversiva” (LOURO, 2015, p. 20). É assim que esses corpos em fronteira, ou fora dela, considerados fora da norma, provocam estranhamento e desconforto, chegando suas performances a serem consideradas expressões de violência.

As singularidades precisam ser enfocadas e respeitadas, e, sendo a escola um local legitimado em que deve haver reflexão sobre a realidade, sobre os padrões e normas que regulamentam o dia a dia das pessoas, deve ser nesse ambiente, que se apresenta em transformação, que os atores sociais precisam suscitar discussões e adequações do espaço escolar.

Considerações finais

Por fim, cabe lembrar que Foucault faz do sexo um objeto histórico que foi criado pelo dispositivo de sexualidade. Analisando o que fez com que os discursos de verdade do mundo ocidental se voltassem para o prazer sexual, e preocupando-se em abordar o discurso científico sobre o sexo. Em sua obra, Foucault não se preocupou em oferecer respostas ou soluções, mas nos ofereceu uma problematização a cerca da sexualidade. Seu verdadeiro objetivo não foi produzir “a sociologia histórica da proibição, mas a história política de uma produção de ‘verdade’” (FOUCAULT, 2015, p. 346).

Refletir sobre as contribuições das teorizações de Michel Foucault para as discussões de gênero e sexualidade na educação nos subsidiam teoricamente para o entendimento das construções das relações de poder, das normas de gênero e da heteronormatividade na escola.



A compreensão dessas questões não é de fácil apreensão e corre-se o risco em cair em falsas análises, vitimistas, generalizantes e essencialistas. De modo que ao entrar nessa discussão é preciso a análise das relações de poder que oferece elementos críticos e expressa nas relações sociais, de gênero, na orientação sexual, na etnia, etc. Assim ela precisa ser problematizada para que a desigualdade possa ser percebida e apontada, mediante luta e resistência dos sujeitos.

Cabe ainda lembrar a importância de se debater o conceito de anormalidade e sua relação com os corpos considerados fora da norma e de conhecer e aprofundar as raízes do preconceito, visto que a escola está imersa num contexto em que circulam os discursos hegemônicos de normalidade quanto às questões ligadas ao gênero e à sexualidade, segundo a qual tudo que se afasta do modelo é considerado anormal.

As singularidades precisam ser enfocadas e respeitadas, e, sendo a escola um local legitimado em que deve haver reflexão sobre a realidade, sobre os padrões e normas que regulamentam o dia a dia das pessoas, deve ser nesse ambiente, que se apresenta em transformação, que os atores sociais precisam suscitar discussões e adequações do espaço escolar.

Referências

- BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu* (42), p. 250-274, jan-jun. 2014.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo, Paz e Terra, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo, Paz e Terra, 2014b.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GALLO, S. "O 'efeito Foucault' em Educação". *Pro-Posições* [online]. vol.25, n.2, p.15-21, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072014000200001>. Acesso em: 10/01/2018.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2; v.56, p. 17-23, maio/ago 2008.
- LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 5. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2010.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MISKOLCI, R. A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL.16, Campinas, 2007. (Cole). *Anais...* Campinas, 2007, p. 1-19.
- MISKOLCI, R.. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan/jun, 2009. p. 150-182.



PARAÍSO, M. A.; MEYER, D. E. Metodologias de pesquisa pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). *Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 15-22.

RESENDE, H. de. *Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SOUZA, E. M. de. *Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos em bancos públicos*. Tese de Doutorado do Centro de Ciências Humanas e Naturais; Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a Educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

